

ENSINO MÉDIO NO MARANHÃO: ALGUNS ASPECTOS DA IMPLEMENTAÇÃO E DA GESTÃO

Ana Lúcia Cunha Duarte – UEMA
anaduarte5621@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A realização desta pesquisa sobre o Novo Ensino Médio no Maranhão justifica-se pela relevância, pertinência e atualidade do debate no cenário local, regional e nacional. Por outro lado, articula-se com a minha trajetória profissional de professora e gestora de ensino na Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Diante desses argumentos, justifica-se o interesse da investigação sobre a referida temática como uma tentativa de contribuir com a gestão escolar e consequentemente com o processo de formação dos jovens estudantes do Ensino Médio.

A pesquisa desenvolvida tem como objetivo analisar a implementação e a gestão escolar do Novo Ensino Médio em uma escola da rede pública estadual do município de São Luís - MA. Consta-se que, em muitos casos, o gestor escolar assume a responsabilidade e o compromisso com a comunidade escolar no projeto de melhoria de qualidade da educação ofertada pela sua escola. Este por sua vez, com o compromisso de desenvolver sua gestão na perspectiva participativa e democrática, evitando decisões de caráter autoritário e de ações deliberadamente isoladas. O diálogo institucional com a comunidade escolar deve ser contínuo e permanente sobre as decisões que subsidiam o processo de melhoria de qualidade da educação.

A investigação tem, como uma das possibilidades de estudo, compreender e apreender o movimento da realidade de elementos que possam dar sentido ao diagnóstico e ir além dos indicadores apresentados pelas escolas de ensino médio. Há um esforço de fortalecer um movimento contínuo e ininterrupto que é o “fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno, da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade” (Kosik, 1976, p. 30).

Quanto à metodológica aplicada na investigação, tem-se a abordagem de pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturada realizada com sete participantes

entre gestores(as) e professores(as), a partir dos dados levantados estabeleceu-se o processo de análise e interpretação dos dados da pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola de Ensino Médio da rede pública estadual da cidade de São Luís - MA, as entrevistas semiestruturadas foram aplicadas com a equipe gestora e professores(as). Recomenda-se que a partir de resultados de estudos e de pesquisas a Secretaria de Educação do Maranhão (SEDUC/MA) possa usá-los nas suas novas ações com vistas a elevar os indicadores de qualidade da rede de ensino, uma vez que essas pesquisas apontam percepções da realidade das escolas a partir dos olhares dos(as) gestores(as) escolares e dos(as) professores(as).

Trazer à reflexão e ao debate público a temática do Ensino Médio exige recorrer a outros elementos também pertinentes, como a discussão sobre Estado, gestão educacional, democracia, participação, qualidade, avaliação institucional, entre outros.

Reconhece-se que, existem mecanismos que permitem aos que têm poder tomar decisões sem a participação do povo, por exemplo: a instituição do mandato livre, no qual o representante apresenta características que o colocava na condição ...

[...] de confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito, não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável: não é responsável diretamente perante os seus porque é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria. (Bobbio, 2000, p. 59-60).

No tocante à gestão participativa democrática da educação no final da década de 80, do século passado, as discussões dos(as) educadores(as) eram no sentido de exigir democratização da sociedade e das instituições de ensino. Cury (1997) destaca que nos movimentos docentes existiam duas correntes: uma que cobrava democratização da escola a partir da expansão das vagas, gratuidade do ensino, qualidade e financiamento público e a outra que exigia a valorização do trabalho docente e a qualificação dos envolvidos no processo pedagógico. Ao nos referirmos à escola pública e à gestão escolar, trata-se sempre de um debate inacabado, que exige respostas flexíveis e dialógicas (Lima, 2018).

A implementação da gestão democrática enfrenta desafios estruturais e contextuais, como desigualdade social, condições de trabalho, processos de gestão, currículo e formação docente (Dourado, 2008). Quando a gestão se restringe a objetivos técnico-gerenciais ou interesses privados, compromete-se o caráter público da

escola, como tem ocorrido em grande parte das instituições; empresas e fundações passaram a influenciar políticas educacionais sem diálogo com a comunidade escolar. Modelos burocráticos e gerenciais reduzem a gestão a procedimentos técnicos, limitando seu potencial emancipatório e transformador (Paro, 2017).

2 DESENVOLVIMENTO

A partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com a equipe gestora e professores(as) de um Centro de Ensino Médio vinculado à SEDUC/MA, foi possível estabelecer duas categorias de análises, a saber: implementação e apoio da SEDUC aos gestores escolares.

As questões das entrevistas semiestruturadas foram divididas em dois blocos, sendo gravadas e posteriormente transcritas, após a transcrição foram feitas as análises dos trechos das falas que mais agregaram sentido ao objeto de estudo da referida pesquisa. Estabelecemos códigos para os entrevistados, garantindo o anonimato de todos os participantes da investigação. Na categoria implementação do Ensino Médio reunimos as informações pertinentes à investigação e o apoio que a escola recebeu da SEDUC na implementação. É possível verificar que dos sete entrevistados, quatro não acreditam nas mudanças nesse Novo Ensino Médio. “De certo modo, o novo ensino médio visa garantir essa qualidade, mas na sua execução ele não é a certeza dessa qualidade.” (Informação Verbal, G1, 2023).

Outro questionamento foi em relação às mudanças do Novo Ensino Médio. Evidenciou uma preocupação muito grande quanto a possibilidade do estudante nesse Novo Ensino Médio das escolas públicas não esteja preparado para concorrer com os estudantes que vêm mais preparados de escolas com currículos muito mais voltados para a preparação acadêmica. Existe também o debate sobre as escolas de tempo parcial, pois nas escolas em tempo integral é possível ter uma melhor administração do tempo, pois se pode trabalhar as formações gerais e básicas em um período e a parte diversificada em outro. Três dos entrevistados acreditam que sim, há uma qualidade nesse Novo Ensino Médio. “[...] no atual momento proporciona, acréscimo no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, ele proporciona qualidade sim, depende da forma como ele é feito.” (Informação Verbal, S2, 2023).

Evidencia-se, que a partir dos trechos das respostas das entrevistas, que a escola recebeu apoio e formação, tendo em vista que os gestores fizeram parte das escolas pilotos no processo de implantação do Novo Ensino Médio. A Secretaria sempre deu suporte nas formações, apesar da pandemia, tudo iniciou de forma remota, já em 2021. Mesmo com a formação realizada pela SEDUC, as dúvidas e as incertezas quanto ao currículo a ser ministrado ainda são muitas, pois o acompanhamento, assistência, avaliação e planejamento, segundo os entrevistados, deixam a desejar, já que são elementos frequentemente ausentes na prática.

Muitas queixas em relação à carga horária da base comum e às eletivas, pois o professor é obrigado a aceitar turmas de eletivas para cumprir sua carga horária. Desse modo, quatro dos entrevistados acharam boa a revogação parcial da reforma do Novo Ensino Médio. De acordo com o entrevistado G1,

a revogação total não é a solução, pois revogar seria voltar ao que era antes, e como estava antes não estava bom, o ensino médio precisava ser revisto. [...] A questão é que o currículo não era o problema do ensino médio ou o único problema e focaram só no currículo, como se só ele fosse a salvação do ensino médio e não era. (Informação Verbal, G1, 2023).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o resultado da pesquisa, foi possível compreender que o Novo Ensino Médio, implantado nas escolas da rede pública no Maranhão, é objeto, ainda, de debate por parte do coletivo de professores entrevistados. Estes apresentam alguns questionamentos quanto à carga horária da parte comum e diversificada estabelecida no currículo ofertado. Existe, também, uma parte dos professores e gestores escolares que defende a permanência de uma parte da reforma do Ensino Médio permaneça. Esse grupo acredita que se existisse um estudo para apontar os aspectos que consideram positivos e os outros a serem melhorados, bem como ajustados em um estudo nacional, com uma discussão amadurecida e mais aprofundada, poderíamos ter resultados melhores para a educação dos jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia:** uma defesa das regras do jogo. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, p. 199-206, 1997.

DOURADO, Luiz Fernandes. A escolha de dirigentes escolares: política e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIMA, Licínio Carlos. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, v. 34, p. 15-28, mar./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.57479>. Acesso em 26 mar. 2026.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2017.